



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA
3 REGIÃO DE POLÍCIA MILITAR
1 BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR

TERMO DE REFERÊNCIA N. 0010

SIPE 282154/2025

1. OBJETO

Aquisição de fardamento para uso dos policiais militares do 1º Batalhão de Polícia Militar, através da Secretaria de Segurança Pública do município de Itajaí.

1.1. Especificações e quantidades

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR INDIVIDUAL MÁXIMO ESTIMADO	VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Combat Shirt PMSC Caqui Bolso nas Duas Mangas Tecido Flex Funcional Unissex Tamanho: a definir	103	R\$ 282,96	R\$ 29.145,56
2	Calca Operacional PMSC Ripstop FLEX Masculina Tamanho: a definir	83	R\$ 324,63	R\$ 26.944,56
3	Calca Operacional PMSC Ripstop FLEX Feminina Tamanho: a definir	30	R\$ 324,63	R\$ 9.739,00
4	Calca Operacional Tecido Flex Especializada PPT PMSC Funcional Unissex Camuflada Tamanho: a definir	30	R\$ 409,63	R\$ 12.289,00
5	Combat Shirt PMSC ESPECIALIZADAS Camuflada PPT TECIDO FLEX Funcional Unissex Tamanho: a definir	30	R\$ 308,63	R\$ 9.259,00
ESTIMATIVA VALOR MÁXIMO GLOBAL				R\$ 87.377,12

1.2. Da natureza do objeto

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, respeitando a vedação do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021. O objeto desta contratação possui natureza caracterizada como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de fardamento é essencial para garantir a padronização, identidade institucional, segurança e adequada apresentação dos policiais militares que integram esta Unidade. O uso do uniforme regulamentar é uma exigência legal e funcional, sendo indispensável para o desempenho das atividades operacionais, administrativas e ostensivas, contribuindo diretamente para a credibilidade da atuação policial junto à comunidade.

Atualmente, parte significativa do efetivo encontra-se com fardamento desgastado, em desacordo com os padrões exigidos, o que compromete não apenas a imagem da corporação, mas também o conforto, a segurança e a mobilidade dos militares durante o serviço. Ressalta-se ainda que a rotina de atividades policiais impõe elevado desgaste ao vestuário, sendo necessária a reposição periódica dos itens de uniforme.

A padronização do fardamento também é fator importante para o reconhecimento e a autoridade visual do policial militar no exercício de suas funções, especialmente em ações de policiamento ostensivo, controle de distúrbios civis, atendimento de ocorrências e presença em eventos oficiais.

Diante do exposto, faz-se necessária a presente a aquisição de fardamento, a fim de suprir as necessidades da Unidade, assegurar o cumprimento das normas institucionais e manter a excelência no desempenho das atividades policiais.

3.DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

A referida contratação da solução escolhida será realizada por PREGÃO, na forma eletrônica, com modo de disputa aberto, cujo critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em forma de aquisição única. Só poderão participar empresas credenciadas para o fornecimento de fardamento, conforme normativa específica que estabelece a obrigatoriedade de aquisição de fardamento por empresas credenciadas, ATO Nº 435/PMSC/2024. Esse ato está alinhado ao Regulamento de Uniformes da PMSC (RUPMSC) e ao Decreto nº 492/2024, que juntos formam a base normativa para a produção,

padronização e fornecimento de fardamento na instituição. A presente licitação tem por objeto a aquisição de fardamento destinado ao uso da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), em atendimento à demanda formal da corporação e em conformidade com as especificações técnicas por ela estabelecidas. A obrigatoriedade de aquisição junto a fornecedores credenciados decorre de norma interna da PMSC, consolidada no **ATO nº 435/PMSC/2024**, que em seu art. 4º dispõe que “o policial militar somente poderá adquirir peças de fardamento das empresas cadastradas pelo CAD/DALF”, bem como do **Regulamento de Uniformes da PMSC (RUPMSC)** e do **Decreto nº 492/2024**, os quais definem os padrões oficiais de modelagem, tonalidade, materiais e insígnias a serem observados. O credenciamento junto à **Diretoria de Apoio Logístico e Finanças – DALF** constitui requisito técnico indispensável para assegurar que as peças adquiridas atendam aos critérios de padronização visual, resistência, durabilidade e compatibilidade com o fardamento em uso na corporação. Tal exigência visa preservar a identidade institucional da PMSC, garantir a uniformidade entre os militares e atender aos requisitos de segurança, qualidade e imagem previstos em regulamento próprio. Cabe ressaltar que o credenciamento DALF é procedimento público e acessível a qualquer interessado que comprove capacidade técnica e atenda aos requisitos estabelecidos pela corporação, não configurando restrição indevida à competitividade do certame, mas sim condição essencial para a manutenção da integridade do uniforme oficial. Dessa forma, a exigência de que as empresas participantes estejam devidamente credenciadas junto à DALF/PMSC no momento da habilitação encontra-se plenamente justificada, pautando-se na necessidade de atendimento às normas vigentes, na preservação da qualidade do material fornecido e no fiel cumprimento das especificações determinadas pela Polícia Militar de Santa Catarina.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

Deverá apresentar descrição completa dos itens ofertados, em conformidade com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência;

Os valores devem estar expressos em moeda nacional, com destaque para o valor unitário e valor total da proposta, incluindo todos os encargos incidentes (frete, montagem, garantia, etc.).

Os fardamentos ofertados deverão atender **integralmente às especificações técnicas** constantes no item 1.1 deste Termo de Referência;

Os bens deverão ser **novos, sem uso anterior**, e entregues no local indicado pela Administração, com separados por peça em embalagem plástica;

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- 1 - CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL
- 2 - CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL
- 3 - CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL
- 4 - CERTIDÃO NEGATIVA TRABALHISTA
- 5 - REGULARIDADE FGTS
- 6 - CONTRATO SOCIAL
- 7 - COMPROVANTE INSCRIÇÃO CNPJ
- 8 – COMPROVANTE DE CREDENCIAMENTO NA PMSC

Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou serviços compatíveis com o objeto da presente licitação. Informações mínimas no atestado: nome da pessoa jurídica que forneceu o atestado, com identificação da pessoa/cargo que assinou o documento; identificação do objeto; local e data

Qualificação Econômica: Apresentar Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida nos últimos 90 (noventa) dias, ou dentro do prazo de validade expresso no próprio documento. Será admitida, para fins de habilitação, a participação de empresas que se encontrem em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, desde que apresentem, juntamente com a certidão, documentação comprobatória da regular tramitação do processo e da aprovação judicial do plano de recuperação, acompanhada de manifestação da autoridade judicial competente que ateste a viabilidade econômico-financeira da empresa para contratar com a Administração Pública.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Apresentação da amostra

Comprovação de que a empresa possui **credenciamento na PMSC para fornecimento do fardamento**; será exigida apenas do licitante declarado provisoriamente vencedor.

A amostra deverá ser entregue até 15 dias após o recebimento do empenho. O responsável pela análise será a Cabo PM Tamara Alves Cabral Inthurn. A documentação deverá ser enviada para 1bpm4aux@pm.sc.gov.br, no prazo de 5 dias.

6.2. Prazo de entrega/execução

Até 60 dias contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

6.2. Local, horário e endereço de entrega

1º Batalhão de Polícia Militar. Horário entre 13h e 19h. Endereço: rua Felipe Schmidt, 251, Centro, Itajaí-SC.

6.3. Bens perecíveis

(X) Não

() Sim

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 Da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do objeto;
- d) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado;
- e) manter, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;
- f) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- g) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie
- h) e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- i) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

7.1 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) comunicar a contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

8. DO CONTRATO

8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

(X) Autorização de Fornecimento

8.2. VIGÊNCIA

(X) O prazo de vigência da contratação é de 90 dias contados do(a) data do início do serviço, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

Nome: Ciro Adriano da Silva
Cargo: Comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar
Matrícula: 927291
E-mail: 1bpmcmd@pm.sc.gov.br

Fiscal:

Nome: Eduardo Cassimiro da Silva
Cargo: Chefe Setor de Compras
Matrícula: 379514-4
E-mail: 1bpmp4ch@pm.sc.gov.br

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**Da forma de pagamento**

9.4 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, revestida do aceite da autoridade competente e responsável pela **Secretaria de Segurança Pública**, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicadas pelo Contratado em sua proposta comercial.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta da dotação:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza	Fonte
5015	2.118	4490	2078

11. DO VALOR ESTIMADO

O valor máximo estimado será de **R\$ 87.377,12 reais**.

Itajaí/SC, 21 de agosto de 2025.

(assinado digitalmente)

Tamara Alves Cabral Inthurn

Responsável TR

(assinado digitalmente)

Eduardo Cassimiro da Silva

Chefe do Setor de Compras